

**ATA DA QUINTA REUNIÃO
DO CONSELHO CONSULTIVO E DELIBERATIVO
DO CONSELHO DA CIDADE
- ORDINÁRIA -
10 de fevereiro de 2010**

1 No décimo dia do mês de fevereiro de dois mil e dez, reuniu-se o Conselho Consultivo e
2 Deliberativo do Conselho Municipal de Desenvolvimento Sustentável – Conselho da Cidade,
3 das oito às dez horas, na Sala do Colegiado da Prefeitura de Joinville, à Avenida Hermann
4 August Lepper, nº 10, no Centro da cidade de Joinville, Santa Catarina, atendendo à
5 convocação do Presidente do Conselho da Cidade, Arquiteto Luiz Alberto de Souza, para a
6 quinta reunião, em caráter ordinário, com o objetivo de discutir a seguinte ordem do dia: a)
7 Leitura do edital de convocação; b) Leitura e aprovação da ata da reunião anterior; c)
8 Calendário 2010; d) Lei das Calçadas; e) Lei de Estudo de Impacto de Vizinhança - EIV; f)
9 Assuntos Gerais. No início da reunião foi lido o edital de convocação, e dispensada a leitura
10 da ata, anteriormente enviada por e-mail, sendo aprovada e assinada pelos conselheiros
11 presentes. Foi também aprovado, sem ressalvas, o calendário proposto para o ano de dois
12 mil e dez. O conselheiro Lenin Peña teceu comentários sobre saneamento ambiental – lixo,
13 cuja produção, manipulação, transporte e destino são precários; o aterro sanitário não está
14 correto; o aterro industrial, cujos resíduos tem origem em outras cidades, estados e países,
15 é comprometedor com a saúde dos joinvilenses, pois cada vez mais se transforma em
16 doenças e se constata o aumento de farmácias e drogarias, bem como a necessidade de
17 mais hospitais, o que é cada vez mais alarmante. Disse que o trabalho da saúde da família é
18 a melhor solução, principalmente dotada de equipes altamente competentes. Jorge
19 Laureano falou sobre as árvores velhas que caem sobre os carros, e o conselheiro Marcos
20 Schoene, também Secretário da Fundação Municipal do Meio Ambiente, informou que a
21 partir de março o Plano de Urbanização começará a ser discutido pela cidade. A conselheira
22 Rosana Barreto Martins disse que este é importante trazer esses assuntos ao Conselho
23 Consultivo, pois este é um momento efervescente. Mário César Aguiar apresentou a pauta
24 aprovada no dia anterior na Câmara Comunitária de Promoção Econômica, e sugeriu que
25 todas as câmaras listem suas prioridades e as tragam ao conhecimento de todos. Disse que
26 temas similares ou paralelos podem ser discutidos em conjunto. O conselheiro Silvestre
27 comentou sobre a Lei de Patrimônio virá para análise do Conselho da Cidade assim que
28 estiver acordada, verificados sua legalidade e impacto, e tiver a opinião da sociedade civil.
29 Ficou definido que uma discussão mais aprofundada sobre os temas deve ocorrer nas
30 câmaras, o Conselho Consultivo e Deliberativo deve se concentrar em questões macro. Pelo
31 dinamismo do crescimento da cidade, disse o presidente Luiz Alberto, cada vez mais
32 surgirão problemas, que deverão ser trabalhados nas outras instâncias já estabelecidas. Ao
33 passar para o item quatro da ordem do dia, o Gerente da Unidade de Implantação e Pós-
34 ocupação (Mobilidade e Acessibilidade), Marcel Virmond Vieira, fez a apresentação sobre a
35 Lei de Calçadas (revisão da Lei Complementar 202/06). O arquiteto Mário Cesar da Silveira,
36 do Conselho Municipal dos Direitos da pessoa com Deficiência, COMDE, disse que o
37 Relatório sobre Calçadas foi feito com o objetivo de provocar reflexão, e que é importante
38 que se tenha uma visão de futuro da cidade. Ao perguntar o conselheiro Miers sobre o tipo e
39 a qualidade do calçamento, o conselheiro Marcos Schoene respondeu que estão
40 submetendo o assunto à análise da Câmara Comunitária de Qualificação do Ambiente
41 Natural, e uma proposta mais detalhada será apresentada ao Conselho Consultivo e
42 Deliberativo assim que pronta. A conselheira Rosana repassou as recomendações da
43 reunião da Câmara Comunitária de Qualificação do Ambiente Construído que resultaram da
44 discussão sobre as calçadas: 1) A lei deve ser autoaplicável (não deixar que órgãos como o
45 de trânsito, por exemplo, digam o que pode ou não ser feito; 2) Resguardar a área de

46 permeabilidade do lote, conforme a lei já existente; 3) Priorizar a mobilidade com segurança
47 para o pedestre; 4) Acuidade na segurança com os veículos (recuos de esquinas, etc), 5)
48 Estímulo à construção de bolsões / prédios de estacionamento; 6) Resguardar a área de
49 arborização urbana, sem perigo de acidentes por manobras de veículos. A conselheira
50 comentou que se o munícipe tem um prazo para executar a calçada, o gestor público
51 também deve ter, e falou sobre a fiscalização quanto à impermeabilidade do solo nas áreas
52 em que é obrigatória. Apresentando um croqui do entendimento dessa câmara quanto ao
53 assunto, Rosana falou que o entendimento da lei anterior, no seu artigo sétimo, deveria ser
54 soberano, e deve ser descartada a alteração proposta. O conselheiro Lenin Peña disse que
55 é de vital importância dotar Joinville de um projeto paisagístico da cidade, e que para sua
56 implantação haja uma equipe altamente preparada para educar a população. O conselheiro
57 Sérgio Luiz Celestino da Silva, também integrante do COMDE, parabenizou o Ippuj pelo
58 projeto, e reforçou a necessidade de fiscalização sobre a execução das calçadas, pois várias
59 estão sendo feitas de forma irregular. Henrique Chiste Neto também cumprimentou o Ippuj, e
60 comentou o quanto é difícil e complicado adequar a calçada à rua, principalmente onde há
61 grande diferença de níveis. Disse que é importante que as leis tenham brechas, para se
62 poder usar o bom senso, e citou o caso das rampas de acesso a casas muito antigas nas
63 ruas Guilherme e Colon, por exemplo, que devem ser levados em consideração. O
64 conselheiro Eduardo Bartniak comentou sobre as objeções dos órgãos de trânsito, e disse
65 que área de manobra é a que dá condições de o carro entrar, manobrar e sair de frente, e
66 que a Conurb precisa fazer análise de acordo com o tipo de via. Gilberto Pires Gayer, da
67 Fundema, disse que faltou especificar o material que deverá ser utilizado para garantir a
68 permeabilidade. Jorge Arnaldo Laureano disse que os loteamentos estão sobrecarregados
69 de obrigações, e o empreendedor sempre é onerado, tendo que fazer fossas, filtros,
70 calçadas, e considera que isso vai ocasionar mais invasões de áreas. O conselheiro Lenin,
71 contudo, pensa que é importante que as calçadas já estejam prontas no ato da implantação
72 dos loteamentos. O presidente do Conselho, Luiz Alberto de Souza, disse que temos
73 grandes desafios, e temos que trabalhá-los com responsabilidade. Trazer um ônus para a
74 Prefeitura de algo que ela não vai conseguir cumprir é falta de responsabilidade. Estamos
75 tendo grandes avanços quanto ao marco jurídico, e agora temos que avançar na
76 fiscalização. Há crianças morrendo por falta de calçadas nos bairros. É necessário que haja
77 uma mudança cultural. Muitos ainda acreditam que todas as mazelas da sociedade são
78 culpa e responsabilidade do Poder Público. Queremos dotar toda Joinville, e não só onde o
79 turista anda. Apelo a todos os conselheiros que dêem um voto de confiança, porque
80 estamos dando mais um passo. Temos os trabalhos do dia a dia, e temos que ter os pés no
81 chão. Temos que conseguir avançar mais do que recuar. Queremos chegar a não ter os
82 carros sobre as calçadas de Joinville. O conselheiro Udo Döhler, por sua vez, disse que o
83 Conselho deve ser independente, trazer sua contribuição para o futuro da cidade. Boa parte
84 dos membros não se sente à vontade para discutir as questões técnicas. Desejamos discutir
85 questões macro. O Conselho não deve perder a oportunidade de apresentar as suas
86 demandas. A conselheira Rosana disse que a função do Conselho é, sim, ajudar na redação
87 da lei, e o Ippuj poderia encaminhar o assunto à CDL, por exemplo. O conselheiro Mário
88 disse que gostaria de discutir a característica das calçadas, mas não detalhes técnicos de
89 rebaixamento. Assim sendo, o Conselho decidiu que as questões mais técnicas estão
90 abertas à discussão pelo Ippuj, Conurb e Seinfra, e o presidente Luiz Alberto disse que
91 aguardará a posição das câmaras e depois enviará a minuta desta lei para a Câmara de
92 Vereadores. Passando para o outro item da ordem do dia, Luiz Alberto comentou que a Lei
93 do Estudo de Impacto de Vizinhança consta na Lei do Plano Diretor, no capítulo de Gestão
94 Democrática, e que por ser um instrumento urbanístico complexo foi retirado da lei original.
95 As câmaras que se acharem competentes para fazerem a análise da mesma deverão fazer
96 essa discussão. Esta questão deve ser regulamentada o mais breve possível. O conselheiro

97 Lenin disse que o EIV é um instrumento importantíssimo na prática da vida cidadã; a cidade
98 tem postes e fios de energia que estão poluindo visualmente e ameaçando com risco de
99 morte, assim como as calçadas também tem problemas de segurança para os pedestres; o
100 barulho dos carros são prejudiciais à saúde. Disse que o EIV é a maior conquista, e deve ser
101 tratado com seriedade, idealismo e profundidade. Rosana Barreto Martins apresentou as
102 propostas da Câmara Comunitária de Qualificação do Ambiente Construído quanto ao
103 Estudo de Impacto de Vizinhança: 1) Que seja avaliado o sistema viário e o ambiente
104 urbano; 2) Que sejam definidos os critérios para identificar com a necessidade de realização
105 do estudo de impacto. Rosana questionou os parâmetros utilizados no projeto de lei do EIV,
106 e como alerta leu um trecho do Estatuto da Cidade para o grupo, citando tudo que deverá
107 constar nesse estudo. A secretaria do Conselho da Cidade encaminhará para os
108 conselheiros o link do Ministério das Cidades, onde este estatuto pode ser encontrado. O
109 presidente Luiz Alberto comentou sobre a questão de escala de cidade; qual deve ser a linha
110 de corte para identificar os empreendimentos que realmente vão impactar, porque o EIV tem
111 um custo alto. O CEAJ poderia ajudar nessa discussão, não devemos abrir muito nem fechar
112 demais. O conselheiro Eduardo questionou sobre a previsão do envio deste projeto à
113 Câmara de Vereadores, e disse acreditar que seria melhor envolver a CVJ desde o início da
114 discussão. O conselheiro Lenin expressou a idéia de que o Ippuj deveria pensar num
115 *marketing* para que o EIV seja visto de uma forma positiva pela população, como uma forma
116 de viver em coletividade. Luiz Alberto sugeriu que a discussão saia das câmaras e permeie a
117 sociedade, que todos os conselheiros sejam multiplicadores, e que as questões venham
118 mais prontas para a discussão no Conselho da Cidade. Nas próximas reuniões já
119 deveríamos ter um fechamento. A conselheira Maria Salete comunicou que na Ajorpeme,
120 Associação de Joinville e Região da Pequena, Micro e Média Empresa, já estão discutindo
121 a questão da verticalização e outorga onerosa. Gilberto Pires Gayer disse que o EIV não
122 pode ser banalizado, e que serve para um região muito maior, tem um aspecto mais amplo.
123 O conselheiro Mário sugeriu que o EIV e a outorga onerosa sejam tratados juntos. Foi
124 abordada também pelos conselheiros a preocupação quanto aos resíduos da construção
125 civil, problema muito sério na cidade. Dando por encerrada a reunião, o presidente Luiz
126 Alberto de Souza agradeceu a presença de todos. A Secretaria Executiva do Conselho da
127 Cidade ficou incumbida de encaminhar uma lista com os e-mails de todos os conselheiros
128 para o Secretário Eduardo Dalbosco, da Seplan – Secretaria de Planejamento, Orçamento e
129 Gestão, para que seja enviado aos conselheiros, numa base regular, o relatório da Seplan
130 sobre os projetos em desenvolvimento na cidade. Enviará também a todos os conselheiros,
131 assim que aprovado, o calendário das reuniões do Conselho da Cidade (Câmaras e
132 Conselho Consultivo e Deliberativo). Não havendo mais nada a tratar eu, Patrícia Rathunde
133 Santos, Secretária Executiva do Conselho da Cidade, secretariei a reunião e lavrei a
134 presente ata, que vai assinada pelo Presidente do Conselho, por mim e pelos conselheiros
135 presentes. Joinville, dez de fevereiro de dois mil e dez.

Luiz Alberto de Souza
Presidente do Conselho da Cidade

Patrícia Rathunde Santos
Secretária Executiva do Conselho da Cidade

Assinatura dos conselheiros presentes nesta reunião

Presidência		Luiz Alberto de Souza - Fundação IPPUJ			
Grupo de Trabalho	CÂMARA	PODER PÚBLICO		SOCIEDADE CIVIL	
		TITULAR	SUPLENTE	TITULAR	SUPLENTE
GT 1	Câmara Comunitária de Promoção Econômica	_____ Maria Ivonete Peixer da Silva PROMOTUR	_____ Alsione Gomes de Oliveira Filho SH	_____ Mário Cezar Aguiar ACIJ	_____ Gean Marcos Dombroski Corrêa Instituto AJORPEME
GT 2	Câmara Comunitária de Promoção Social	_____ Silvestre Ferreira FCJ	_____ Maria Teresa Soares SAS	_____ Lenin Peña IDS	_____ Eduardo Miers CEAJ
GT 3	Câmara Comunitária de Qualificação do Ambiente Natural	_____ Marcos Rodolfo Schoene FUNDEMA	- ausente - _____ Marcos Aurélio Fernandes SE	_____ Maria Salete Rodrigues Pacheco AJORPEME	- ausente - _____ Andrea Knabem AMABA
GT 4	Câmara Comunitária de Qualificação do Ambiente Construído	_____ Gilberto Pires Gayer FUNDEMA	- ausente - _____ Nilzete Farias Hoenicke IPPUJ	- ausente - _____ Ivandro de Souza Instituto Joinville	_____ Rosana Barreto Martins CEAJ
GT 5	Câmara Comunitária de Integração Regional	_____ Eduardo Dalbosco SEPLAN	_____ Rodrigo Fallgatter Thomazi SIDE	_____ Udo Döhler ACIJ	_____ Roque Antônio Mattei Instituto Joinville
GT 6	Câmara Comunitária de Estruturação e Ordenamento Territorial	_____ Ariel Arno Pizzolatti SEINFRA	_____ Fabiano Lopes de Souza SRVN	_____ Jorge Arnaldo Laureano SECOVI	_____ Henrique Chiste Neto AJECI
GT 7	Câmara Comunitária de Mobilidade e Acessibilidade	_____ Eduardo Bartniak Filho CONURB	_____ Sérgio Luiz Ceslestino da Silva SAS	_____ Emerson Siqueira AJECI	_____ Vanderlei Pedro Quintino CEPE

Joinville, 10 de fevereiro de 2010

This document was created with Win2PDF available at <http://www.daneprairie.com>.
The unregistered version of Win2PDF is for evaluation or non-commercial use only.